

35) Processo nº 201305950-00

Responsável : Marco Antônio Oliveira Silva
Origem : Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL
Assunto : Prestação de Contas do Termo de Compromisso nº 186/2011
Relator : Conselheiro Cezar Colares

36) Processo nº 201306697-00

Responsável : Luis Antonio Martins Barata
Origem : Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL
Assunto : Prestação de Contas dos Termos de Compromisso nºs 234/2011, 082 e 083/2012
Relator : Conselheiro Cezar Colares

37) Processo nº 201120105-00

Interessado(a) : Maria Antônia Veira Pinto
Origem : Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre
Assunto : Aposentadoria
Relatora : Conselheira Mara Lúcia

38) Processo nº 201305481-00

Interessado(a) : Valdir Pereira Costa
Origem : Instituto de Previdência e Assistência do Município de Paragominas
Assunto : Aposentadoria
Relatora : Conselheira Mara Lúcia

39) Processo nº 201305482-00

Interessado(a) : Palmira Melo Vieira
Origem : Instituto de Previdência e Assistência do Município de Paragominas
Assunto : Aposentadoria
Relatora : Conselheira Mara Lúcia

40) Processo nº 201220665-00

Interessado(a) : Edêmia da Silva Teixeira
Origem : IPAMB / PMB
Assunto : Aposentadoria
Relator : Conselheiro Antonio José Guimarães

41) Processo nº 201300926-00

Interessado(a) : Cícera Alves da Silva
Origem : IPAMB/PMB
Assunto : Aposentadoria
Relator : Conselheiro Antonio José Guimarães

42) Processo nº 201218365-00

Interessado(a) : Maria José Galvão Gomes, viúva do ex-servidor inativo Manoel Raimundo Gomes
Origem : IPAMB/PMB
Assunto : Pensão
Relator : Conselheiro Antonio José Guimarães

43) Processo nº 201218194-00

Interessado(a) : Marina Silva dos Santos, viúva do ex-servidor inativo João Evangelista dos Santos
Origem : IPAMB/PMB
Assunto : Pensão
Relator : Conselheiro Antonio José Guimarães

44) Processo nº 201117490-00

Interessado(a) : Antonio de Jesus Barbosa Barreto, Alessandro Barreto Barreto, Alison Barreto Barreto e Alciely Barreto Barreto, respectivamente, companheiro e filhos da ex-segurada Francidalva Monteiro Barreto
Origem : Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba
Assunto : Pensão
Relator : Conselheiro Sérgio Leão
Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 12/06/2014.

a) Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO PARÁ

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 700064

PORTARIA Nº 28.576 DE 10 DE JUNHO DE 2014

DESIGNAR o servidor LUIZ EDUARDO SOUZA CORREA, Agente Auxiliar de Controle Externo TCE-AA-305 Classe A Nível 2, matrícula nº 0100091, para exercer a função comissionada de Chefe da Seção de Transportes, no período de 07-07 a 05-08-2014.

PORTARIA Nº 28.580 DE 11 DE JUNHO DE 2014
DESIGNAR o servidor CARLOS ALBERTO BELO DA SILVA JÚNIOR, Auditor de Controle Externo TCE-ATNS-603 Classe A Nível 1 matrícula nº 0100175, para exercer em substituição, a função comissionada de Chefe da Seção Orçamentária e Financeira, durante o impedimento do titular, no período de 09 a 23-06-2014.

Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO
DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 700229

Dispensa: 13/2014
Data: 10/06/2014
Valor: 2.500,00
Objeto: Fornecimento de alimentação para evento deste Órgão Ministerial a ser realizado em 13/06/2014.
Fundamento Legal: Art. 24, II da Lei nº 8.666/93.
Data de Ratificação: 10/06/2014
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
01122129745340000 339036 0101000000 Estadual
Contratado(s):
Nome: AURELIANO DOS SANTOS
Endereço: R Jabatiteua, Bairro: Marco, 809
CEP. 66070-260 - Belém/PA
Telefone: 9132794874
Ordenador: ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

XII CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 700089

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES N.º 002/2014
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão do Conselho Nacional do Ministério Público que permitiu o prosseguimento do concurso (Diário Oficial da União, de 09/05/2014, Seção 1, pág. 73), e considerando o disposto na Resolução n.º 004/2014-CPJ, de 26/05/2014 (Diário Oficial do Estado do Pará de 30/05/2014), publica o presente Edital em substituição ao Edital de Abertura de Inscrições nº 001/2014 (Diário Oficial do Estado do Pará de 26/02/2014), e **TORNA PÚBLICO**, a quem interessar possa, que ficarão abertas, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia **16 de junho de 2014**, as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos, visando ao provimento de cargos de **PROMOTOR DE JUSTIÇA** e **PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**, ambos de 1ª Entrância, conforme disposições abaixo.

I. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O presente concurso tem por objetivo o provimento de 50 (cinquenta) cargos vagos de Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Substituto de 1ª Entrância, bem como a formação de cadastro de reserva para provimento de vagas que possam surgir no prazo de validade do concurso, ficando a(s) nomeação(ões) condicionada(s) às disponibilidades financeiras e orçamentárias do Ministério Público do Estado do Pará, até a validade do concurso.

1.1 O subsídio do cargo correspondente a R\$ 20.705,07 (vinte mil setecentos e cinco reais e sete centavos).

2. Os cargos iniciais da carreira de Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado do Pará, a serem providos por meio do presente concurso, destinam-se à lotação nos órgãos de execução do Ministério Público do Estado do Pará, facultado o direito de opção exercido segundo a rigorosa ordem de classificação no Concurso Público.

3. São atribuições de Promotor de Justiça as funções definidas na Constituição Federal brasileira, na Constituição do Estado do Pará, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal nº 8.625/1993), e na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará (Lei Complementar Estadual nº 057/2006).

4. O concurso obedecerá a este Edital e às prescrições da Resolução n.º 004/2014-CPJ, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará em 30/05/2014.

5. A Fundação Carlos Chagas foi contratada por meio da Dispensa de Licitação n.º 002/2014, publicada em 13 de fevereiro de 2014, no Diário Oficial do Estado do Pará, para o planejamento e realização das seguintes fases do concurso: inscrições preliminares, elaboração, aplicação e avaliação das Provas Objetiva, Discursivas, Oral de Arguição e de Tribuna, de Avaliações de Títulos e de candidatos com deficiência habilitados.

5.1 As demais fases do Concurso serão de responsabilidade do Ministério Público do Estado do Pará.

6. O prazo de validade do concurso, para efeito de nomeação, será de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato homologatório, prorrogável uma única vez pelo mesmo período.

7. São requisitos para o ingresso na carreira do Ministério Público:

- a) ser brasileiro;
- b) ser bacharel em Direito, com, no mínimo, três anos de atividade jurídica;
- c) estar em pleno gozo dos direitos políticos;

- d) estar quite com o serviço militar;
- e) ter aptidão física e psíquica, comprovada por laudo médico de órgão oficial, realizado por requisição do Ministério Público;
- f) ter boa conduta social e idoneidade moral, atestadas por, pelo menos, dois membros vitalícios do Ministério Público ou do Poder Judiciário, sem prejuízo das informações circunstanciadas colhidas pela Comissão de Concurso sobre a conduta pessoal, social, familiar e profissional do candidato;
- g) não registrar antecedentes criminais, comprovando tal requisito por certidão negativa ou folha corrida expedida pelo Poder Judiciário dos Estados, da Justiça Federal, da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral do local ou dos locais em que o candidato tiver residido nos últimos cinco anos.
- h) conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

7.1 Os requisitos previstos no item 7 deverão ser comprovados no período da Inscrição Definitiva, exceto a comprovação da atividade jurídica, que poderá ser realizada até a data da posse.

II. DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO CONCURSO – EDITAL Nº 01/2014

1. Aos candidatos inscritos no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2014, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará na edição de 26/02/2014, fica resguardado o direito de solicitar a devolução do valor histórico de inscrição, obedecidas as normas estabelecidas abaixo:

1.1 Os candidatos inscritos deverão solicitar a devolução do valor histórico pago por ocasião de sua inscrição, exclusivamente por meio da Internet, no endereço eletrônico **www.concursosfccc.com.br**, no período das 10h do dia **16/06/2014** às 14h do dia **15/07/2014** (horário de Brasília), sendo necessário informar nome completo, número do CPF, número de inscrição e dados bancários.

1.2 Não serão aceitas solicitações de devolução do valor da inscrição após o período mencionado no subitem 1.1 deste Capítulo do Edital.

1.3 Os procedimentos para a restituição serão divulgados por meio de Edital a ser publicado após o período de solicitação de devolução do valor de inscrição pago.

1.4 Os candidatos que não solicitarem a devolução do valor da inscrição, no período mencionado no subitem 1.1 deste Capítulo, estarão automaticamente inscritos no Concurso.

2. Não serão aceitas solicitações da devolução dos valores da inscrição que não atenderem rigorosamente as especificações contidas neste Capítulo.

III. DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR

1. A inscrição preliminar do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a tácita aceitação das condições do concurso, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do certame, acerca dos quais não poderá ser alegado desconhecimento.

1.1 Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidas para o Concurso.

2. Os requerimentos das inscrições preliminares para o Concurso serão formalizados **exclusivamente pela Internet**, no período das 10h do dia **16/06/2014** às 14h do dia **15/07/2014** (horário de Brasília), de acordo com o item 3 deste Capítulo.

2.1 As inscrições poderão ser prorrogadas por até 2 (dois) dias úteis, por necessidade de ordem técnica e/ou operacional.

2.2 A prorrogação das inscrições de que trata o item anterior poderá ser feita sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no endereço eletrônico **www.concursosfccc.com.br**.

3. Para se inscrever, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico **www.concursosfccc.com.br** durante o período das inscrições e, por meio dos **links** referentes ao Concurso Público, efetuar sua inscrição conforme os procedimentos estabelecidos abaixo:

3.1 Ler e aceitar o Requerimento de Inscrição Preliminar, preencher o Formulário de Inscrição e transmitir os dados pela Internet.

3.2 No requerimento de Inscrição Preliminar via Internet constarão, dentre outras, as seguintes declarações a serem firmadas sob as penas da lei:

- a) que é bacharel em Direito e que atenderá, até a data da posse, à exigência de três anos de atividade jurídica exercida exclusivamente após a obtenção do grau de bacharel em Direito;
- b) que está ciente de que a não apresentação do respectivo diploma, devidamente registrado no Ministério da Educação, no ato da inscrição definitiva, e a não comprovação da atividade jurídica até a data da posse acarretarão sua exclusão do processo seletivo;
- c) que aceita as demais regras pertinentes ao concurso, consignadas na Resolução n.º 004/2014-CPJ e neste Edital do concurso.

3.3 O candidato deverá efetuar o pagamento da importância referente à inscrição por meio de boleto bancário em nome do Ministério Público do Estado do Pará, no valor de **R\$ 300,00 (trezentos reais)**, a título de ressarcimento de despesas com material e serviços, de acordo com as instruções constantes no endereço eletrônico da página de inscrições, até a data limite para encerramento das inscrições (**15/07/2014**):

3.3.1 O boleto bancário, disponível no endereço eletrônico **www.concursosfccc.com.br** deverá ser impresso para o pagamento do valor da inscrição, após conclusão do preenchimento do Formulário de Inscrição via Internet, em qualquer banco do sistema de compensação bancária.